

Reforma do Ensino Médio e a identidade profissional dos professores dos Institutos Federais: um estudo de revisão sistemática

Solema Sanches Valverde¹

Maria de Lourdes Ramos da Silva²

RESUMO

Neste artigo, apresentaremos parte de um estudo de revisão sistemática que segue com o objetivo de cartografar a tipologia de pesquisas que investigam os impactos da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.145/17) para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs, e focalizam as discussões na figura do Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT dos IFs, em especial para a configuração identitária profissional desse professorado. O estudo envolveu análise documental e bibliográfica, com buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, e no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, no período de setembro de 2016 a fevereiro de 2023. As 10 etapas de busca geraram 16 resultados, e, após a pré-análise, foram integralizados três trabalhos. A análise dos resultados evidencia a pertinência de que sejam realizadas pesquisas futuras sobre a temática, pois, até o momento, há carência de estudos publicados. E os escassos trabalhos publicados apresentam resultados divergentes: enquanto um trabalho afirma que a Reforma do Ensino Médio não impactou os Institutos Federais, outro relata a experiência de reformulação de um curso de Ensino Médio integrado ao ensino profissional, em

¹ Mestra em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Doutoranda em Educação no programa de pós graduação na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em psicologia pela UNIFESP. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0510-7100>. E-mail: solema@usp.br.

² Doutora em Filosofia e Ciências de Educação pela Universidade Complutense de Madri, Espanha. Mestre em História e Filosofia da Educação (USP/SP). Professora Livre-docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3456-3218>. E-mail: mlramos@usp.br.

uma unidade de um Instituto Federal - IF; e ainda, outro estudo indica resistência para a implementação da Reforma em outra unidade dessa instituição, em consonância com o posicionamento do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF, de que a Reforma é contrária à identidade institucional dos Institutos Federais.

Palavras-chave: reforma do ensino médio; educação profissional; identidade profissional docente.

The secondary education reform and the professional identity of Federal Institute teachers: a study of systematical review

ABSTRACT

In the present paper, we show part of a study of systematical review aiming to map the typology of researches that investigate the impacts of Secondary Education Reform (Law 13.145/17) of Federal Institutes of Education, Science and Technology – IFs, and focus the discussions on the Basic, Technical and Technological Education teacher – EBTT of the IFs, specially on the professional identity configuration of those teachers. The study involved document and bibliographical analysis from the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations – BDTD and the Portal of Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel – CAPES, from September, 2016 to February, 2023. Ten search stages generated 16 results, and after a pre-analysis, three works were integrated. The analysis of the results reveals the pertinence of conducting new future researches on that topic, since published studies have been scarce up to the moment. And such studies present divergent results; whereas some work states that the Secondary Education Reform did not cause impact on Federal Institutes, another reports the experience of reformulating a Middle School course integrated to professional education in one Federal Institute – IF; and also another study shows some resistance against the implementation of the Reform in another

unit of that Institute, in accordance with the National Council of Federal Institutes of Professional, Scientific and Technological Education – CONIF, which claims that the Reform is contrary to the institutional identity of Federal Institutes.

Keywords: secondary education reform; professional education; teacher professional identity.

Reforma de la escuela secundaria e identidad profesional de los docentes de Institutos Federales: un estudio de revisión sistemática

RESUMEN

En este artículo, presentamos parte de un estudio de revisión sistemática con el objetivo de mapear la tipología de investigaciones que examinan los impactos de la Reforma de la Enseñanza Media (Ley 13.145/17) para los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología - IFs , y centrar las discusiones en la figura del Docente de Educación Básica, Técnica y Tecnológica - EBTT de las FI, en especial para la configuración de la identidad profesional de esta profesión docente. El estudio involucró análisis documental y bibliográfico, con búsquedas en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones – BDTD, y Portal de la Coordinación para la Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior – CAPES, de septiembre de 2016 a febrero de 2023. Las búsquedas generaron 16 resultados, y , luego de un preanálisis, se terminaron tres obras. El análisis de los resultados muestra la pertinencia de realizar futuras investigaciones sobre el tema, ya que, hasta el momento, se carece de estudios publicados. Y los trabajos publicados muestran resultados divergentes: mientras un trabajo afirma que la Reforma de la Enseñanza Media no impactó en los Institutos Federales, otro relata la experiencia de reformulación de un curso de Enseñanza Media integrado a la formación profesional, en una unidad de un Instituto Federal - IF; y sin embargo, otro estudio señala resistencias a la implementación de la Reforma en otra unidad de esa institución en consonancia con la posición del Consejo Nacional de Instituciones de la Red

Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica - CONIF, de que la Reforma es contraria a la identidad institucional de los Institutos Federales.

Palabras clave: reforma de la escuela secundaria; educación profesional; identidad profesional.

INTRODUÇÃO

Na pesquisa “Processos identitários profissionais de professores de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: um estudo de caso”- que investigou a docência atípica (Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico- EBTT), no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia- IFs, e que centrou a investigação no processo de configuração de identidade profissional desses professores- foi verificada a necessidade de que futuras pesquisa sobre a temática da docência EBTT dos Institutos Federais- IFs sejam desenvolvidas de maneira entrelaçada com a discussão das políticas públicas educacionais brasileiras que estavam sendo gestadas e implementadas na época em que ocorreu o momento empírico da pesquisa de mestrado. Importa esclarecer que as entrevistas da pesquisa de mestrado ocorreram no ano subsequente à publicação da Lei 13.145/17, que instituiu a mais recente Reforma do Ensino Médio no Brasil (VALVERDE, 2019).

Cabe destacar também que os resultados da dissertação de mestrado revelavam receio dos professores EBTT quanto aos possíveis impactos para os Institutos Federais advindos do cenário político e de políticas educacionais brasileiras delineadas na contemporaneidade brasileira. E esse receio relatado pelos docentes interferia no processo de configuração identitária profissional desses professores, pois concorria para a delimitação da elaboração de seus projetos pessoais e seus projetos relacionados à profissão professor e à formação continuada.

Assim, neste artigo, apresentaremos parte de um estudo de revisão sistemática que segue tentando reunir conhecimento para o direcionamento de uma pesquisa de doutorado sobre a

identidade profissional EBTT, considerando as possíveis consequências sobre os trabalhos desses docentes (e, conseqüentemente, para a identidade profissional deles), advindas do Novo Ensino Médio. O objetivo do estudo de revisão sistemática é cartografar a tipologia de pesquisas que investigam os impactos da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.145/17) para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs, e focalizam as discussões na figura do Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico- EBTT dos IFs, em especial para a configuração identitária profissional desse professorado.

A revisão sistemática buscou artigos, teses e dissertações publicados no período de setembro de 2017 a fevereiro de 2023, na base de dados eletrônica da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações- BDTD e no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES, que versassem sobre a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.145/17) e sobre os Institutos Federais.

Importa considerar a relevância de pesquisas em educação centradas na figura do professor (em seu trabalho e em sua identidade profissional), pois é através de sua identidade que o professor se engaja no trabalho cotidiano e opera simultaneamente a (re)construção de sua prática, a (re)construção de sua própria identidade e a identidade do coletivo de professores, ou seja, (re)constrói o *Eu professor* e o *Nós professores*, conforme as evoluções políticas educacionais, que, por sua vez, também se transformam ao longo do tempo, atreladas à política de Estado e à racionalidade econômica que orienta essa política.

Nessa perspectiva, no tópico que se segue deste artigo, discutiremos a relevância de que pesquisas em educação, em especial as pesquisas que tratam sobre reformulações de políticas educacionais, centrem as discussões na figura do professor e considerem sua identidade profissional. Nos tópicos subsequentes, trataremos da Reforma do Ensino Médio e realizaremos um breve histórico do Ensino Médio no Brasil, destacando a dualidade que marca essa história. Após, traçaremos um breve panorama histórico dos Institutos Federais, para depois apresentarmos a metodologia e os resultados desta pesquisa de revisão sistemática.

TRABALHO E IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE: A RELEVÂNCIA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO CENTRADA NA FIGURA DO PROFESSOR

A profissão professor se transforma ao longo dos tempos, acompanhando os movimentos de evolução da educação formal, que, por sua vez, dá-se sob o efeito conjugado de uma série de fatores, tais como a cultura, economia e, em especial, a política de Estado. É relevante ressaltar que a educação formal que conhecemos hoje foi consolidada no período de estabelecimento dos Estados Nacionais Modernos (ARAÚJO, 2011).

Nessa perspectiva, os reflexos das transformações mais gerais da sociedade - considerando o fenômeno da globalização e a expansão do sistema capitalista, com internacionalização do capital - ressoam no campo da educação e, conseqüentemente, influenciam no trabalho docente e em sua (re)configuração identitária profissional, uma vez que a demanda e o significado social da escola, da mesma forma, sofrem transformações (SILVA, 2009).

Além das influências da macropolítica e das transformações sociais mundiais, a micropolítica que atravessa o cotidiano escolar, bem como a micropolítica que atravessa outros contextos mais locais e grupos sociais em que o professor percorre em simultâneo à sua trajetória profissional, também influenciam para as evoluções da profissão professor. Podemos dizer, portanto, que um duplo movimento é estabelecido no desenvolvimento da profissão professor: por um lado, há os efeitos da macropolítica, que, a grosso modo, contribui mais intensamente para a configuração do **trabalho prescrito** ao professor; por outro lado, há a influência da micropolítica do cotidiano, existente nos vários âmbitos da vida do professor, em especial, a micropolítica do cotidiano escolar, que coloca o professor diante do **trabalho real**. Entre as **prescrições de trabalho** e o **trabalho real** existe o professor com sua identidade profissional, que lhe permite engajar sua subjetividade no trabalho, de modo a orientar seu pensamento, emoções e comportamento,

que, em conjunto, viabilizam que o professor realize seu trabalho cotidiano e, conseqüentemente, realize a profissão professor.

Nessa perspectiva, é fundamental preparar e apoiar o professor para o enfrentamento das demandas configuradas para o professor no contexto histórico em que ele atua, de maneira a diminuir a contradição “[...] entre o que os professores conseguem ser efetivamente no cotidiano escolar, e o que os professores queriam ser ou o que gostariam de ser” (SILVA, 2009, p. 48).

A identidade profissional é engendrada, portanto, pelo processo de socialização, através do qual o indivíduo assume papéis, valores e normas dos grupos aos quais ele se integra ao longo de sua trajetória de vida (SILVA; SILVA, 2022).

Nessa perspectiva, a identidade profissional é apreendida neste artigo como uma dimensão da identidade pessoal e, a partir de um posicionamento não essencialista sobre o conceito, é tomada não como categoria que classifica os indivíduos a partir de suas funções, *status* de emprego ou níveis de formação, mas como “resultado dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições”(DUBAR, 2005, p. 136).

A respeito das interferências da macropolítica e da política de Estado sobre a identidade docente, destacamos as reflexões de Lawn:

[...] a gestão da identidade dos professores é crucial para a compreensão, quer de sistemas educativos democráticos, quer totalitários. [...] as alterações na identidade são manobradas pelo Estado, através do discurso, traduzindo-se num método sofisticado de controle e numa forma eficaz de gerir a mudança (LAWN, 2001, p. 118).

Para o autor, a identidade do professor ora aparece como sombra, ora aparece como destaque nas propostas educativas. Mas, independentemente de como aparece, é “produzida” pelo Estado “através de um discurso que, simultaneamente, explica e constrói o sistema”. Assim, a identidade do professor é “uma componente essencial do sistema, fabricada para gerir problemas de ordem

pública e de regulamentação”. Portanto, manobrar as fronteiras da identidade do professor é um método sofisticado utilizado pelo Estado para gerenciamento de mudanças sociais (LAWN, 2001, p. 118).

Sobre a micropolítica que atravessa o cotidiano escolar, considerando em especial o papel pedagógico do professor, temos como resultante ora o professor operando como preceptor, com uma relação individualizada com o estudante, ora o professor empreendendo o papel do detentor do conhecimento a ser transmitido ao estudante (o professor localizado no centro do processo pedagógico), e ainda, o professor funcionando como mediador do ensino, com o processo pedagógico centrado na figura do estudante (ARAÚJO, 2011).

Nessa perspectiva, faz-se necessário atualizar e incorporar os modelos de formação inicial, bem como as estruturas de apoio aos professores em exercício, uma vez que a demanda social para a profissão professor é continuamente atualizada, implicando a necessidade de assunção de uma nova postura acadêmico-científica desse profissional condizente com as evoluções da educação. É fundamental, portanto, preparar e apoiar o professor para o enfrentamento das novas demandas (SILVA, 2009).

Sobre a formação de professores, destacamos os apontamentos de Alvez (2022):

Dentro desse movimento global de reforma da educação, considerando-se as políticas que estão sendo instituídas na área de formação de professores, nota-se uma tendência de desprofissionalização do docente que, muitas vezes, tem sido levado a trabalhar com programas e conteúdos previamente definidos pelos órgãos aos quais está subordinado (ALVES, 2022, p. 107).

As proposições da citação acima nos alertam para o fato de que o **trabalho prescrito** ao professor está cada vez mais cristalizado e com menos margem para engajamento de sua subjetividade entre o trabalho que lhe é prescrito e o trabalho real que consegue desenvolver no cotidiano escolar.

Diante das considerações feitas até o momento, neste artigo, temos que, seja porque é do trabalho docente que- conforme resume Gatti (1996, p.85), “a sociedade em geral realimenta-se no ato de garantir a transmissão e a continuidade da experiência humana, pela comunicação, manutenção ou criação e recriação de saberes selecionados numa dada cultura e tradição”- seja porque, como defende Lawn (2001), é através das manobras das fronteiras de identidade do professor que o Estado consegue gerir de modo eficaz as mudanças na sociedade - é relevante pesquisar sobre a identidade profissional docente, pois é por meio de sua identidade que o professor engaja sua subjetividade no trabalho cotidiano e opera simultaneamente a (re)construção de sua prática, de sua própria identidade e da identidade do coletivo de professores, ou seja, (re)constrói o *Eu professor* e o *Nós professores* (VALVERDE, 2019).

É pertinente, portanto, que pesquisas que tratam sobre as reformulações das políticas públicas educacionais centralizem as discussões na figura do professor e considerem sua identidade profissional.

Nessa perspectiva, quais aspectos da identidade profissional do professor EBTT dos Institutos Federais podem ser impactados em decorrência da mais recente Reforma do Ensino Médio brasileira?

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO “NOVO ENSINO MÉDIO”

A Medida Provisória nº 746/2016 convertida na Lei nº 13.415/2017 instituiu a Reforma do Ensino Médio no Brasil, dentre outras alterações nas diretrizes e bases da educação nacional. O chamado “Novo Ensino Médio” deve ser ofertado por todas as instituições de ensino, sejam elas privadas ou públicas, das esferas municipais, estaduais ou federais. Portanto, a Lei nº 13.415/2017 incide também sobre os Institutos Federais, uma vez que esta instituição tem o Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio como carro chefe dentro do rol de cursos que oferta.

O eixo central da Lei nº 13.415/2017 foi criar um currículo nacional para o Ensino Médio brasileiro, a partir do qual outros

objetivos para essa etapa do ensino básico são delineados, como a implantação da escola em tempo integral, o aumento da carga horária e a criação dos Itinerários Formativos.

A organização básica do novo currículo para o Ensino Médio, a partir da Lei nº 13.415/2017, é ilustrada no quadro 1.

Quadro 1 - Estrutura básica para organização do currículo do Novo Ensino Médio

<p style="text-align: center;">BNCC</p> <p>(4 áreas do conhecimento-obrigatório)</p>	<p style="text-align: center;">Itinerários Formativos</p> <p>(A escola não é obrigada a ofertar os 5 itinerários formativos)</p>
<p>I - linguagens e suas tecnologias</p> <p>II - matemática e suas tecnologias</p> <p>III - ciências da natureza e suas tecnologias</p> <p>IV - ciências humanas e suas tecnologias</p>	<p>I - linguagens e suas tecnologias</p> <p>II - matemática e suas tecnologias</p> <p>III - ciências da natureza e suas tecnologias</p> <p>IV - ciências humanas e sociais aplicadas</p> <p>V - formação técnica e profissional</p>

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Conforme ilustra a quadro 1, o currículo básico do “Novo Ensino Médio” é estruturado a partir de dois pilares, a saber: a Base Nacional Comum Curricular- BNCC + Itinerários Formativos. A BNCC foi aprovada em 08 de novembro de 2008, ou seja 1 ano e 8 meses após a publicação da Lei de Reforma do Ensino Médio. Os Itinerários Formativos enfatizam as áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional, a serem implementadas progressivamente em tempo integral, e as escolas ofertam de acordo com a possibilidade estrutural que possuem.

De acordo com o texto da Lei nº 13.415/2017, as instituições nacionais de ensino que ofertam o Ensino Médio deveriam estabelecer cronogramas de implementação do novo Ensino Médio, de maneira que os cursos passassem a operar a partir de março de 2022 com carga mínima anual de 1000 horas. A previsão é que essa

carga horária mínima anual aumente progressivamente para 1400 horas anuais, porém a Lei não estipula prazo para que as escolas implantem a carga de 1400 horas (BRASIL, 2017).

A carga horária mínima anual do Novo Ensino Médio deve ser composta pela BNCC + Itinerário Formativo. O total de carga horária da BNCC do curso (ou seja, a soma BNCC dos 3 anos de curso) deve ser de, no máximo, 1800 horas.

Dentre as características principais do Novo Ensino Médio está, em tese, a de possibilitar que o estudante “escolha” percorrer sua trajetória do Ensino Médio de maneira a realizar o Ensino Profissionalizante, ou “escolha” realizar a trajetória do Ensino Médio focalizando o ensino geral, “propedêutico”.

Essa dualidade ensino geral/ensino profissionalizante está presente nessa etapa do ensino desde o início da educação formal em nosso país, fazendo o Ensino Médio funcionar como um gargalo social que opera uma divisão na trajetória escolar. Nessa perspectiva, tanto a última Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), como a criação dos Institutos Federais (Lei 11.892/2008) foram anunciados pelo discurso oficial como medidas para intervir na superação dessa dualidade histórica.

Nesse sentido, no próximo tópico deste artigo trataremos um breve histórico do Ensino Médio no Brasil para elucidarmos o dualismo histórico que atravessa essa etapa da educação básica brasileira. Traçaremos também um breve histórico dos Institutos Federais, discutindo como essa instituição de ensino surge com a promessa de superação dessa dicotomia histórica.

BREVE HISTÓRICO DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO E DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Iniciaremos este tópico do artigo recorrendo a uma comunicação verbal de Jurandir Freire Costa³, quando este, valendo-

³ Comunicação oral realizada por Jurandir Freire Costa, psiquiatra, psicanalista e Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e pesquisador do Programa de Estudo e Pesquisa sobre Ação e Sujeito, no Instituto de Medicina Social da Universidade

se das proposições de Nietzsche, propôs que “para a gente saber quem a gente é, a gente tem que pôr entre a gente e a gente mesmo, pelo menos a pele de três séculos”. Nesse sentido, para traçarmos um breve panorama da educação brasileira, com um recorte que nos possibilite entender aspectos da evolução da política educacional voltada para a etapa do Ensino Médio nacional, vamos colocar entre o chamado “Novo Ensino Médio brasileiro” e o “Ensino Médio brasileiro” a pele de quatro séculos e considerar a racionalidade econômica que orientou a política de Estado brasileira nessas fases.

A política educacional no Brasil se transforma sob o efeito conjugado de disputas ideológicas empreendidas por grupos hegemônicos sociais- dos quais participam intelectuais orgânicos, ligados à classe dominante, que influenciam no direcionamento da política de Estado Nacional - e também a partir da divisão social do trabalho, decorrente da relação capital/trabalho, estruturante de nossa sociedade. Portanto, a política educacional também expressa a racionalidade econômica predominante nas fases do desenvolvimento histórico do Brasil. Nesse sentido, a política educacional nacional, desde seu nascedouro, opera e expressa uma dualidade que mantém duas redes de ensino e divide “os homens pelas funções intelectuais e manuais, segundo sua origem de classe, em escolas de currículos e conteúdos diferentes” (NASCIMENTO, 2007, p.78).

Durante os períodos colonial e imperial (cerca de quatro séculos), a economia brasileira era agroexportadora, baseada no trabalho escravo. Nesse contexto, tanto o trabalho como a educação eram considerados atividades de menor importância, uma vez que o trabalho manual não tinha valor social, e a educação interessava para poucos integrantes da elite. Os efeitos da abolição da escravatura em 1888, articulados aos advindos da proclamação da república em 1889, engendrados à nova fase do capitalismo mundial, repercutiram para a eclosão de disputas econômicas e políticas entre as frações de classes nacional (grupos ligados à

do Rio de Janeiro - UERJ, para o programa café filosófico - CPFL, gravado em 12 de dezembro de 2003, no Brasil.

agroexportação e grupos ligados às atividades urbano-industriais). A predominância do grupo ligado às atividades urbano-industriais engendrou mudanças que repercutiram para que a racionalidade capitalista-industrial orientasse a política de Estado. O crescimento urbano e a expansão da industrialização desencadearam um movimento de políticos e elite intelectual para a expansão do sistema educacional brasileiro (MANFREDI, 2016).

Assim, no ano de 1932, um grupo de educadores, conhecidos como “escolanovistas”, apresentaram suas ideias para a renovação da educação, com defesa da escola pública, laica, gratuita e obrigatória, através do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, escrito por Fernando de Azevedo.

Após a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, através da que ficou conhecida como reforma “Francisco de Campos”, foram publicados vários decretos com a finalidade de instituir reforma nos vários níveis de ensino da Educação Nacional. Em ordem cronológica, Ensino Superior (Decretos nº 19.851 e 19.852 de 11/04/1931), Ensino Secundário (Decreto nº 19.890 de 18/04/1931) e Ensino Comercial (Decreto nº 20.158, de 30/06/1931).

O Decreto nº 19.890 organizou o ensino secundário em duas etapas: fundamental (5 anos) e complementar (2 anos). Para o ingresso no ensino superior, era obrigatório o curso das duas etapas do secundário.

Os avanços conquistados na Carta Constitucional de 1934 sofreram um retrocesso na Carta de 1937, que salientou a dualidade da trajetória escolar após o curso primário, e nas chamadas Leis Orgânicas do Ensino, de 1942, que estruturaram o ensino propedêutico (primário e secundário), que dava possibilidade de ingresso ao ensino superior, e o ensino técnico-profissional (industrial, comercial, normal e agrícola), que não dava acesso ao ensino superior.

Após a ditadura Vargas, foi aprovada a Lei nº 4024, que estabelecia as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através da qual, pela primeira vez, o ensino profissional foi integrado ao sistema regular de ensino, apesar de a lei perpetuar duas trajetórias para o Ensino Médio (ginasial de 4 anos e colegial de 3 anos).

Ambas abarcavam o ensino secundário e o ensino técnico profissional (industrial, agrícola, comercial e normal).

Durante o Governo Militar, através da Lei nº 5692/72, o Ensino Médio sofreu nova modificação, com a criação do 1º e 2º graus, com obrigatoriedade do 2º grau, e generalizou a educação profissional para todos. Porém, a reforma não se concretizou devido a fatores estruturais e conjunturais. Assim, a Lei nº 7044/82 extinguiu a escola única de profissionalização obrigatória.

No período de redemocratização do Brasil, marcado pela promulgação da Carta Constitucional de 1988, ocorreram transformações estruturais nos âmbitos político e econômico brasileiros, em decorrência da racionalidade neoliberal característica da nova fase do capitalismo. A influência da racionalidade econômica neoliberal sob a política de Estado brasileira, principalmente após os anos de 1990, interferiu diretamente nas políticas educacionais do país, que passaram a ser orientadas sob influência dos organismos multilaterais e do Banco Mundial. Nesse sentido, a primeira reformulação do Ensino Médio, influenciada pela racionalidade econômica neoliberal, deu-se a partir da LDB de 1996, através do parecer CEB/CNE n.º 15/98 (de 1º de junho de 1998. MEC/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica) e da Resolução CEB/CNE n.º 3/98 (de 26 de junho de 1998, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio pelo MEC/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica). Conforme explica Nascimento:

Os cursos técnicos profissionais foram desvinculados do nível médio para serem oferecidos concomitante ou sequencialmente. Na concepção do MEC, o ensino médio é a etapa final da educação básica, que passa a ter a característica de terminalidade, o que muda a identidade estabelecida para o Ensino Médio contida na lei anterior (nº 5.692/71), que se caracterizava por sua dupla função: preparar para o prosseguimento de estudos e habilitar para o exercício de uma profissão técnica (NASCIMENTO, 2007, p. 86).

Decorridos 20 anos da primeira reforma para o Ensino Médio, arquitetada sob a égide da racionalidade neoliberal em seu momento inicial, foi aprovada a mais recente reforma para essa etapa do ensino- agora com a racionalidade neoliberal consolidada no capitalismo mundial- por via da medida provisória 746/2016, posteriormente convertida na Lei 13.415/2017. O chamado “Novo Ensino Médio” seria ofertado por todas as instituições de ensino, fossem elas privadas ou públicas, das três esferas municipais, estaduais ou federais, como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Nesse sentido, no próximo tópico, apresentaremos um breve panorama histórico dos Institutos Federais.

Finalizamos este tópico do artigo com destaque para as primeiras sinalizações de posicionamento do atual governo Lula frente à política educacional voltada ao Ensino Médio: foi aberta consulta pública pelo Ministério da Educação - MEC, através da Portaria nº 399, de 08 de março de 2023, para reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio (BRASIL, 2023).

INSTITUTOS FEDERAIS: SUPERAÇÃO DA DUALIDADE NA EDUCAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados em 2008, com a publicação da Lei 11.892, a partir da transformação das unidades educacionais (Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e escolas vinculadas às universidades federais) que compunham a rede federal de educação até então existente no Brasil e que tinham sido iniciadas no ano de 1909, no governo de Nilo Peçanha, que publicou o Decreto nº 7.566, que criou em cada uma das capitais do país uma escola de aprendizes e artífices (PACHECO, 2016).

Portanto, a origem dos Institutos Federais remete ao período em que a racionalidade econômica que direcionava a política de Estado brasileira ainda era agroexportadora e, também, ao momento em que se intensificaram as disputas econômicas e

políticas entre as frações de classe nacional (grupos ligados à agroexportação e grupos ligados às atividades urbano-industriais), em virtude da nova fase do capitalismo mundial, e que, com predominância do grupo ligado às atividades urbano-industriais, foram engendrando mudanças que repercutiram no âmbito da educação, tais como o crescimento da demanda por formação escolar para todas as classes sociais, a necessidade de dar padrões mínimos de comportamento social à população e a formação de mão-de-obra qualificada para as indústrias.

Nessa perspectiva, a Rede Federal de Ensino, que é a origem dos Institutos Federais, foi criada no bojo de um contexto nacional em que crescia a demanda de formação para o atendimento da incipiente indústria e de um discurso oficial para a educação profissional ligado à ideia de benevolência, filantropia e controle social⁴. De lá para cá, a Rede Federal de Educação profissional foi se transformando acompanhando o movimento de evolução da educação brasileira, que, conforme apontado nos tópicos anteriores deste artigo, é marcado pela dualidade que se estruturou a partir da divisão social do trabalho.

Se, em 1909, a Rede Federal de Educação profissional nasceu a partir de uma concepção de educação, não como direito, mas como filantropia, a expansão da Rede, a partir da criação dos Institutos Federais, em 2008, com a sanção da Lei 11.892, afirmou-se, em nível do discurso oficial, a partir da ideia de educação como direito, como política pública que intentava contribuir para a superação da dicotomia histórica, que produziu um ensino secundário destinado às elites condutoras e cursos técnicos profissionais destinados às frações de classes menos favorecidas (VALVERDE, 2019).

⁴ De acordo com o Decreto nº 7.566 de 1909- disponível no site do MEC: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>- o objetivo para o ensino profissionalizante era que os “filhos dos desfavorecidos da fortuna” pudessem “adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime”, o que nos indica que a configuração inicial desse sistema de ensino tinha mais o objetivo de controle social.

Segundo dados obtidos no portal oficial do Ministério da Educação - MEC, desde a sanção da Lei 11.892/2008 até o ano de 2016, foram abertas centenas de novas unidades da instituição em território nacional, e atendem hoje o que equivale, aproximadamente, a 10% das cidades brasileiras.

A organização pedagógica dos Institutos Federais busca a integração e a verticalização da educação, desde a educação básica à educação profissional e superior, possibilitando que o estudante cumpra todo o seu itinerário de formação num mesmo espaço de aprendizagem. Como consequência, as unidades podem ofertar não só cursos técnicos, mas também o Proeja⁵, técnico integrado ao Ensino Médio, de graduação e pós-graduação.

Importa elucidar que a possibilidade de integração e verticalização da educação ficou por um período inviabilizada (desde o Decreto nº 2.208/97, que separou o EM da formação técnica profissional), e só começou a se configurar como horizonte possível novamente na política educacional nacional através da publicação do Decreto nº 5154/04, que alterou a LDB possibilitando a integração do Ensino Médio à educação profissional. Nessa perspectiva, e considerando que na época havia demanda para aumento do ensino profissional, foram criados os Institutos Federais, de modo a reposicionar a educação profissional no Brasil (MANFRED, 2016).

Conforme previsto no artigo 8º da Lei de criação dos Institutos Federais, a instituição deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados; e o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas para cursos de licenciatura (programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica) (BRASIL, 2008).

Essa verticalização produz um cenário atípico para a docência: os professores dos Institutos Federais são contratados para exercer o cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e

⁵ PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional, com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos.

Tecnológico- EBTT, ou seja, atuam, simultaneamente, em diferentes níveis de ensino. Dito de outro modo, o professor EBTT pode atuar simultaneamente no Ensino Médio e em outros níveis de ensino em um mesmo semestre letivo. Como esse cargo atípico foi forjado ao longo do tempo?

A Rede Federal de Educação Profissional é centenária; no entanto, seus planos de carreira só foram definidos a partir dos anos 1970, e, desde então, ocorreram quatro reestruturações na carreira docente dessa Rede de Ensino: **1º)** “Carreira funcional do professor de ensino do 1º e 2º graus”, no ano de 1974; **2º)** “Carreira do magistério de 1º e 2º graus do Serviço Público Civil, da União e das Autarquias Federais”, em 1981; **3º)** “Carreira do magistério de 1º e 2º graus”, entre os anos 1987 e 2006; **4º)** por último, “Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico”, forjada a partir das Leis nº 11.784/2008, nº 12.772/2012 e nº 12.863/2013. A **Lei nº 11.784/2008 foi a que efetivamente criou o cargo EBTT**; já a Lei nº 12.772/2012 instituiu regras distintas para quem ingressasse antes e para quem ingressasse após 1º de março de 2013 na carreira; e, por último, a Lei nº 12.863/2013 redefiniu a distribuição das classes e níveis da carreira EBTT (DOMINIK, 2017).

É de se destacar que a **Lei nº 11.784**, que efetivamente criou o cargo EBTT, foi publicada em setembro de 2008, e em dezembro do mesmo ano, foi publicada a Lei nº 11.892, que criou os Institutos Federais como instituição de educação que, dentre seu rol de finalidades e objetivos, está o ensino, a pesquisa e extensão, bem como a promoção da integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior. Portanto, as peculiaridades da carreira EBTT, criada pela Lei nº 11.784/2008, engendradas às especificidades dos Institutos Federais, delineiam a docência atípica no âmbito dos Ifs.

No que se refere à perspectiva pedagógica dos Institutos Federais para o Ensino Médio Integrado ao Ensino Profissional, é importante salientar que, diferentemente da maioria das instituições educacionais que ofertam essa etapa da educação, os Institutos

Federais possuem autonomia didático-pedagógica, o que repercute em uma autonomia no desenvolvimento dos currículos dos cursos que oferece. Os IFs também possuem estrutura física e carreira docente bem diferentes das demais escolas, o que repercute que a Educação Profissional dos IFs seja bem distante do Itinerário Formativo da Educação Profissional advinda da Reforma do Ensino Médio, conforme salienta o documento organizado pelo CONIF:

[...]a lógica das Diretrizes Indutoras do Ensino Médio Integrado da Rede Federal, cujo currículo integrado pressupõe a integração indissociável entre formação geral e a formação técnica, numa perspectiva politécnica. Assim, cada componente e cada conteúdo curricular deve ser planejado num todo e não como uma matriz de disciplinas fragmentadas (CONIF, 2021, p. 11).

Nessa perspectiva, a Educação Profissional integrada ao Ensino Médio ofertada pelos Institutos Federais tem como princípio orientador a politecnicidade canalizada para o desenvolvimento humano.

METODOLOGIA

O caminho metodológico deste estudo se deu em duas etapas, uma para coleta de dados e outra para análise dos dados.

A primeira etapa foi destinada à pesquisa documental e bibliográfica, a partir da base de dados eletrônica da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações- BDTD e Portal CAPES, e visou detectar estudos publicados no período de setembro de 2016 a fevereiro de 2023, que continham, no respectivo título e/ou resumo indicativo, discussão, de maneira articulada, sobre os temas da Reforma do Ensino Médio e os possíveis impactos para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (SEVERINO, 2016).

Para organizar essa primeira etapa do estudo, foi construída a ficha de pesquisa, conforme quadro 2.

Quadro 2- Ficha de pesquisa para sistematizar os critérios utilizados no estudo.

Conteúdo	Explicação
Objetivo da pesquisa	Identificar e cartografar a tipologia de trabalhos publicados que entrelacem a investigação sobre a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.145/17) e os impactos para os Institutos Federais, centrando as discussões na figura dos professores EBTT dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com destaque para a configuração identitária profissional desse professorado.
Expressões de pesquisa na BDTD	1ª) "Reforma do ensino médio", no campo "título" e "Instituto Federal" no campo "Resumo em português"; 2ª) "Novo ensino médio", no campo "título" e "Instituto Federal" no campo "Resumo em português"; 3ª) "Lei 13.415/17", no campo "título" e "Instituto Federal" no campo "Resumo em português"; 4ª) "MP 746", no campo "título" e "Instituto Federal" no campo "Resumo em português".
Expressões de pesquisa no Portal CAPES	1ª) Contém a expressão "reforma do ensino médio" no campo "título" e contém a expressão "Instituto Federal" no campo assunto; 2ª) Contém a expressão "Novo ensino médio" no campo "título" e contém a expressão "Instituto Federal" no campo assunto; 3ª) Contém a expressão "Lei 13.415/17" no campo "título" e contém a expressão "Instituto Federal" no campo assunto; 4ª) Contém as expressões "Lei 13.415/17" e "Instituto Federal" no campo "título"; 5ª) Contém a expressão "MP 746" no campo "título" e contém a expressão "Instituto Federal" no campo assunto; 6ª) Contém as expressões "MP 746" e "Instituto Federal" no campo "título".
Âmbito da pesquisa	A coleta de dados foi realizada a partir da base de dados eletrônica da BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) e Portal CAPES.
Critérios de inclusão	- Estudos publicados no período de setembro de 2017 a fevereiro de 2023.

	<ul style="list-style-type: none"> - Serão utilizados somente artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado. - Os estudos deverão abordar o perfil do professor EBTT dos Institutos Federais. - Artigos que tenham o texto disponibilizado integralmente. - Artigos, teses ou dissertações escritos em português, com disponibilidade de texto completo em suporte eletrônico, publicado em periódicos nacionais.
Critérios de exclusão	<ul style="list-style-type: none"> - Artigos, teses ou dissertações em que haja desvio do tema. - Estudos escritos em outra língua que não o português. - Livros, capítulos de livros, anais de congressos ou conferências, relatórios técnicos e científicos ministeriais.

Fonte: Elaborada pelas autoras

Conforme consta no quadro 1, a busca foi realizada em quatro etapas na BDTD e em seis etapas no Portal CAPES, com expressões de busca distintas para cada uma das etapas. Após as buscas, passamos para a pré-análise do material, de maneira a prepará-lo para a análise propriamente dita. Na pré-análise, os resumos foram lidos, permitindo a exclusão de trabalhos que não se enquadravam nos critérios previamente formulados na ficha de pesquisa (quadro 1), e a eliminação de duplicidade de resultados encontrados nas diferentes etapas de busca.

Após a pré-análise, os resultados foram tratados através dos procedimentos de análise de conteúdo, sendo agrupados nas seguintes categorias pré-estabelecidas: a) tipo/título/data da defesa ou publicação; b) autor/universidade/programa/periódico de publicação; c) objetivo geral do estudo/participantes; d) instrumentos; e) principais resultados (BARDIN, 216).

RESULTADOS

As 10 etapas de busca (quatro buscas na BDTD e seis no portal CAPES) geraram 16 resultados, porém, após a pré-análise, foram integralizados três resultados, cuja sinopse se encontra no quadro 3.

Quadro 3- Sinopse dos resultados.

Tipo/Título/ Data da defesa ou publicação	Autor/ Universidade/ Programa/ Periódico de publicação	Objetivo geral do estudo/ Participante	Instrumentos	Principais Resultados
Mestrado // Da luta pela Politecnia à reforma do ensino médio: para onde caminha a formação técnica integrada ao ensino médio // 2018	AMORIM, Gilberto José de. // Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos.	O objetivo geral do estudo foi compreender as concepções de formação integrada dos professores que trabalham no curso técnico em agropecuária do IFSP/Barretos, bem como o perfil de profissional que o curso almeja formar, buscando associá-las com as tendências ideológicas predominantes .	Análise bibliográfica e documental; entrevistas com representantes do poder e de movimentos sociais e/ou acadêmicos; questionários e entrevistas aplicadas no com professores do curso técnico de agropecuária integrado ao ensino médio.	O trabalho demonstrou a existência de uma disputa entre os sujeitos acerca de qual ênfase educacional deve prevalecer no processo de ensino dos estudantes e necessidade de criação de condições para o debate teórico- político sobre os pressupostos de um ensino integrado e seus desdobrament os pedagógicos.
Artigo // A Reforma do Ensino Médio por meio da Lei nº	STERING, Sílvia Maria Santos; ADAM, Joyce Mary //	Análise de normativas e legislações que tratam dos itinerários formativos na Lei Nº 13.415/2017.	Análise de normativas e legislações que tratam dos itinerários formativos na Lei Nº 13.415/2017,	O estudo aponta que a lei não impactou a oferta dos cursos, uma vez que os IF's não aderiram à

<p>13.415/2017 e seus impactos no ensino médio integrado dos Institutos Federais // 2019</p>	<p>Revista prática docente</p>		<p>em articulação com as reformas de cunho neoliberal e comparação com o fenômeno ocorrido no Chile na década de 80.</p>	<p>mesma e não repercutiu na precarização da docência nos Institutos Federais, dada a sua condição de autarquia.</p>
<p>Artigo // A Reforma do Ensino Médio e os possíveis impactos no Instituto Federal do Paraná // 2022</p>	<p>SOUZA, Bianca Gomes de. GARCIA, Sandra Regina de Oliveira.</p>	<p>Analisa a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.145/17), buscando compreender como pode impactar jovens, tendo como recorte o IFPR.</p>	<p>Análise bibliográfica e pesquisa documental.</p>	<p>Destaca-se que até o momento não houve efetivação da reforma no IFPR, mas que há movimentos de resistência sendo manifestados. Evidencia-se que a reforma fragmenta a educação e se distancia da formação contextualizada que concilia conhecimentos técnicos e científicos, contradizendo a identidade dos Institutos, cujo principal objetivo é a formação integral.</p>

Fonte: elaborada pelas autoras

DISCUSSÃO

A análise dos resultados indica que dentre os estudos publicados que entrelaçam a investigação sobre a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.145/17) e os Institutos Federais há carência de pesquisas que estudam a temática, centrando a investigação nos impactos na figura do professor EBTT dos Institutos Federais.

A metodologia predominante dos estudos é a pesquisa qualitativa. Os três estudos realizaram análise documental e bibliográfica, e apenas um contou com o momento empírico da pesquisa, em que sujeitos do cotidiano escolar responderam ao questionário e participaram de entrevista.

No que concerne às datas de publicações dos estudos (2018, 2019 e 2022), os principais resultados serão discutidos abaixo considerando a ordem de publicação.

A análise dos resultados indica que apenas um estudo entrelaçou a problemática da Reforma do Ensino Médio e os Institutos Federais e contou com professores dos Institutos Federais dentre os sujeitos de pesquisa, no período empírico da pesquisa. Porém, apesar de a pesquisa de Amorim (2018) entrelaçar os temas "Reforma do Ensino Médio" e "Instituto Federal", o objeto de pesquisa foi "a formação técnica integrada ao ensino médio proposto pela Lei nº 11.892/08". Portanto, o estudo não analisou a identidade profissional docente, ou, de maneira mais geral, a "docência" no Instituto Federal em meio à Reforma do Ensino Médio.

Entretanto, apesar de a pesquisa de Amorim (2018) não ter como objeto de estudo a docência nos Institutos Federais, permite reunir subsídios para desenvolver pesquisas futuras que se proponham a entrelaçar os temas da Reforma do Ensino Médio e da docência nos Institutos Federais, pois a pesquisa, em algum grau, deu voz aos docentes sobre um aspecto dessa problemática, uma vez que uma parcela, dentre a variedade dos sujeitos da pesquisa, era composta por professores que responderam ao questionário e foram entrevistados para que o pesquisador pudesse colher a compreensão e a concepção desses sujeitos de pesquisa sobre a formação integrada. Além dos professores, o pesquisador contou

com representantes do poder público e de movimentos sociais e acadêmicos dentre os sujeitos de pesquisa.

Já a pesquisa de Stering (2019) faz uma discussão mais geral sobre a Reforma do Ensino Médio e os possíveis impactos para os Institutos Federais. Portanto, também não focaliza a docência nessa problemática. A metodologia utilizada por Stering é a pesquisa documental e bibliográfica. O autor pauta sua discussão, principalmente, nas análises da Lei 13.145/17, que instituiu a Reforma do Ensino Médio, e da Lei 11.892/2008, que instituiu e organizou os Institutos Federais, além de outros documentos relativos à temática. O enfoque das discussões de Stering (2019) são os currículos do Ensino Médio. Nesse sentido, não há um olhar sobre a docência nos Institutos Federais em meio à Reforma do Ensino Médio. O autor chega à conclusão de que a Reforma do Ensino Médio **não impactou o IF**.

Souza e Garcia (2022) analisam e buscam compreender os impactos da Lei 13.145/2017 na educação brasileira, especificamente no IFPR (SOUZA; GARCIA, 2022). Examinam documentos e sinalizam discrepâncias entre a Lei 13.425/17 e os documentos vigentes que regem o Ensino Médio no Instituto Federal do Paraná. Nesse sentido, as autoras apontam que até o momento de conclusão de sua pesquisa não houve movimento efetivo para a implementação da Reforma dentro dos Institutos. As autoras sinalizam alguns movimentos de resistência no âmbito dessa instituição, inclusive por parte do CONIF (que é o órgão de representação nacional dos IFs), frente à implementação da Lei 13.425/17, uma vez que, segundo a análise das autoras, os objetivos dos Institutos Federais contemplam pressupostos de relações entre trabalho e educação, bem como de formação humana divergentes dos presentes na Lei 13.425/17. Nesse sentido, as autoras enfatizam o posicionamento do CONIF de que a Reforma do Ensino Médio contradiz a identidade dos Institutos Federais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Delineamos este artigo a partir de um estudo de revisão sistemática que segue tentando reunir conhecimento para o

direcionamento de uma pesquisa de doutorado. O objetivo do estudo de revisão sistemática é cartografar a tipologia de trabalhos publicados que entrelaçam a investigação sobre a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.145/17) e os impactos para os Institutos Federais, e que centram as discussões na figura dos professores EBTT^[6] dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com destaque para a configuração identitária profissional desse professorado.

A partir das discussões dos resultados, evidenciamos que até o momento não foram localizados trabalhos publicados que entrelaçam os temas da Reforma do Ensino Médio e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que centram a investigação na figura do professor, em especial no aspecto da identidade profissional desse professorado em meio à Reforma. Apesar de, na pré-análise desta pesquisa, não ter sido localizado nenhum estudo que centrasse a discussão na figura do professor, com recorte para a identidade profissional docente, optamos por realizar a leitura integralizada de três trabalhos publicados, por entendermos que estes tangenciam a problemática e, nesse sentido, podem contribuir para subsidiar o desenvolvimento de pesquisas futuras sobre a mesma.

A partir do exposto, a análise dos resultados da pesquisa de revisão evidenciam a pertinência de que sejam realizadas pesquisas futuras sobre a temática, pois, até o momento, há carência de estudos publicados que centralizem a investigação na figura do professor, ao discorrerem sobre os temas da Reforma do Ensino Médio e os Institutos Federais. E os escassos trabalhos publicados sobre os impactos da Reforma do Ensino Médio para os Institutos Federais apresentam resultados divergentes: enquanto um trabalho afirma que a Reforma do Ensino Médio não impactou os Institutos Federais, outro relata a experiência de implementação de alterações em um curso de Ensino Médio integrado ao ensino profissional em uma unidade de um IF em decorrência da Reforma; e outro estudo indica resistência para a implementação da Reforma em outra unidade dessa instituição e reafirma o posicionamento do CONIF de que a Reforma contraria a identidade institucional dos Ifs.

Referências

ALVES, M. A.. O exercício da docência em um contexto de reformas educacionais: um caminho para o controle sobre o trabalho docente? **Revista Educação & Emancipação**, v. 15, p. 97-117, 2022.

Disponível em:

<<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/20558/11530>>. Acesso em 25 fev. 2023.

ALVES, Maria Aparecida. O exercício da docência em um contexto de reformas educacionais: um caminho para o controle sobre o trabalho docente? **Revista Educação & Emancipação**, v. 15, p. 97-117, 2022. Disponível em:

<<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/20558/11530>>. Acesso em 25 fev. 2023.

AMORIM, Gilberto José de. **Da luta pela Politecnia à reforma do ensino médio: para onde caminha a formação técnica integrada ao ensino médio**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10738>. Acesso em 25 fev. 2023.

ARAUJO, Ulisses Ferreira. A quarta revolução educacional: a mudança de tempos, espaços e relações na escola a partir do uso de tecnologias e da inclusão social. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 12, n. esp., p. 31-48, mar. 2011. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1202/pdf_68. Acesso em: 20 jan. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base. Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº11.494, de 20 de junho 2007, e dá

outras providências. **Diário Oficial da União:Brasília**, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. Lei 11.784, de 28 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a estruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 set. 2008. sec. 1. p. 01- 14.

BRASIL. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008. sec. 1. p. 01- 03.

BRASIL. Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 2012. sec. 1. p. 01- 05.

BRASIL. Lei 12.863, de 24 de setembro de 2013. Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, set. 2013. sec. 1. p. 01- 03.

BRASIL. Portaria nº 339, de 08 de março de 2023. Institui a consulta pública para avaliação e reestruturação da política nacional de ensino médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 mar. 2023. sec. 1. p. 16.

CONIF. **Análise das novas Diretrizes Curriculares da Educação Profissional e os impactos na rede federal**. Brasília: Fórum dos Dirigentes de Ensino, 2021. Disponível em: https://portal.conif.org.br/images/pdf/2021/7_Julho/Vers%C3%A3o_Final_An%C3%A1lise_Resolu%C3%A7%C3%A3o_01_2021_e_Diretrizes_para_EPT_na_RFEPT.pdf. Acesso em: 22 fev. 2023.

DOMINIK, Érik Campos. **A carreira docente EBTT: aspectos específicos e legislação**. Babuí: Érik Campos Dominik, 2017.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Tradução: Anette Pierrette R. Botelho e Estela Pinto R. Lamas. Portugal: Porto Editora, 2005.

GATTI, Bernardete Angelina. Os professores e suas identidades: o desvelamento da heterogeneidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 98, p. 85-90, 1996.

LAWN, Martin. Os Professores e a Fabricação de Identidades. In: **Currículo sem Fronteiras**. v. 1. no.2. jul/dez, 2001. p.117-130.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**: Atores e cenários ao longo da história. Jundiaí. Paco editorial, 2016.

NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. Ensino Médio no Brasil: determinações históricas. Publicação UEPG. **Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes**, v. 15, p. 77-87, 2007.

PACHECO, Eliezer. (Org.), **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2011. v. 1.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016. v. 1. 317p.

SILVA, Maia de Lourdes Ramos. Complexidade inerente aos processos identitários docentes. **Notandum**, Libro 12. FEUSP/Universidade do Porto, Portugal, 2009. p.45 a 58.

SILVA, Antônia Zulmira ; SILVA, Maia de Lourdes Ramos. Constituição da identidade profissional docente. **Educação (santa maria. online)**, v. 47 jan-dez, p. 1-29-29, 2022.

SOUZA, Bianca Gomes. de; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. A Reforma do Ensino Médio e os possíveis impactos no Instituto Federal do Paraná. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 16, e83313. Janeiro de 2022. (ANALISADO).

STERING, Silvia Maria Santos; ADAM, Joyce Mary. A Reforma do Ensino Médio por meio da lei nº 13.415/2017 e seus impactos no ensino médio integrado dos institutos federais. **Revista Prática Docente**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 869-886, 2019. DOI: 10.23926/RPD.2526-2149.2019.v4.n2.p869-886.id560. Disponível em: <http://periodicos.cfs.ifmt.edu.br:443/periodicos/index.php/rpd/article/view/560>. Acesso em: 10 fev. 2023. (ANALISADO).

VALVERDE, Solema Sanches. **Processos identitários profissionais de professores de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**: um estudo de caso. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade de São Paulo. São Paulo. 2019. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16052019-140509/pt-br.php>>. Acesso em: 26 fev. 2023.

Recebido em: *Abril/2023*.

Aprovado em: *Maió/2023*.